

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA**

**DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA**

**DE 28 DE ABRIL DE 2016**

**N.º 2/2016**

**DIA:** Vinte e oito de abril do ano de dois mil e dezasseis.-----

**HORA:** Dezanove horas e dez minutos.-----

**LOCAL:** Salão Nobre dos Paços do Concelho.-----

**O PRESIDENTE:** Eng.º Rui Manuel Martins de Almeida Leite (CDS/PP); -----

**1º SECRETÁRIO:** Eng.º Jorge Manuel dos Santos Silva (CDS/PP);-----

**2º SECRETÁRIO:** Joaquim Orlando de Sousa Moreira de Paiva (CDS/PP),

designado pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para a presente sessão;-

- Enf.ª Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro (CDS/PP);-----

- Eduardo de Almeida Correia dos Santos, em substituição da Sra. Susana Maria da Cruz Tavares Ferreira (CDS/PP);-----

- José do Nascimento Peres (CDS/PP);-----

- Dr. José António Abrantes Soares de Almeida (CDS/PP);-----

- Pedro Nuno de Magalhães Ribeiro (CDS/PP);-----

- Dra. Maria Silvina de Almeida Sá Vale Pissarra (CDS/PP); -----

- Albano de Oliveira Braga (CDS/PP); -----

- Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho (PPD/PSD);-----

- Dr. António Fernando de Pina Marques (PPD/PSD);-----

- Dra. Rosa Anita Ferreira Teixeira da Silva Conrado (PPD/PSD);-----

- Dr. Carlos Alberto de Sousa Matos (PPD/PSD);-----

- Dra. Célia Maria dos Santos Tavares (PPD/PSD);-----

- Dr. Reinaldo de Almeida Pinheiro (PPD/PSD);-----

2016.04.28

- Eng.º Filipe Pascoal da Silva Fernandes (PPD/PSD);-----
- Serafim Rodrigues (PPD/PSD); -----
- Eng.º Afonso da Silva Almeida (PS); -----
- Eng.º João Manuel Mateus Lameiras (PS);-----
- Dra. Teresa Maria Moreira Gonçalves (PS); -----
- PPD/PSD - Carlos Tavares em apresentação do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Arões;-----
- PPD/PSD – Manuel David Rodrigues, em representação do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos;-----
- CDS/PP - Henrique Martins Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Junqueira;-----
- PS - João Pedro Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra;-----
- CDS/PP - António Luís Martins da Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Rôge;-----
- CDS/PP – Abel de Pinho Soares, Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro de Castelões;-----
- CDS/PP – Manuel Correia de Campos, Presidente da União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho.-----

**Nos termos do disposto no artigo 48.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro e pela Lei número 75/2013, de 12 de Setembro,** esteve presente em representação da Câmara Municipal, o seu Presidente José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva. Estiveram também presentes os Vereadores em regime de permanência Dr. António Alberto Almeida de Matos Gomes, Eng.ª Maria Catarina Lopes Paiva e Dra. Daniela Sofia Paiva da Silva.-----

**- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----**

2016.04.28

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Eng.º Rui Manuel Martins de Almeida Leite**, começou por informar que:-----

- a Sra. Susana Maria da Cruz Tavares Ferreira (CDS/PP) solicitou a sua substituição por não poder comparecer à sessão, tendo sido convocado, nos termos da Lei, o Sr. Eduardo de Almeida Correia dos Santos;-----

- o Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos, Sr. Rogério Brandão dos Santos, informou através do seu e-mail de 22 de abril de 2016, que se fará representar na sessão pelo Sr. Manuel David Rodrigues, Secretário daquela Junta;-----

- o Presidente da Junta de Freguesia de Arões, Sr. Carlos Manuel de Almeida Dias, informou através do seu fax de 28 de abril de 2016, que se fará representar na sessão pelo Sr. Carlos Tavares, Secretário daquela Junta.-----

**O Senhor Presidente da Assembleia** disponibilizou a **correspondência recebida** no período compreendido entre a última sessão (25 de fevereiro de 2016) e a presente data, salientando o ofício 580/2016 da Câmara Municipal (entrada n.º 53, de 15.04.2016) pelo qual remete, para conhecimento desta Assembleia, o Relatório 2015 do Estatuto do Direito de Oposição, e respetiva deliberação de Câmara de 23 de fevereiro de 2016. A Assembleia Municipal tomou conhecimento, ficando os documentos referidos arquivados na pasta “Correspondência recebida”.-----

**De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal** propôs um voto de pesar pelo falecimento do Sr. José da Silva Moreira, avô da Sra. Dra. Teresa Maria Moreira Gonçalves, membro desta Assembleia Municipal.-----

**A Assembleia Municipal** aprovou, por unanimidade, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. José da Silva Moreira, avô da Sra. Dra. Teresa Maria Moreira Gonçalves, membro desta Assembleia Municipal, a dar conhecimento à Família.---

2016.04.28

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** propôs ainda um voto de pesar pelo falecimento do Sr. António Henrique Abrantes Soares de Almeida, irmão do Sr. Dr. José António Abrantes Soares de Almeida, membro desta Assembleia Municipal.-----

**A Assembleia Municipal** aprovou, por unanimidade, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. António Henrique Abrantes Soares de Almeida, irmão do Sr. Dr. José António Abrantes Soares de Almeida, membro desta Assembleia Municipal, a dar conhecimento à Família.-----

**Por fim**, propôs um voto de pesar pelo falecimento do Sr. José de Pinho Soares, irmão do Sr. Abel de Pinho Soares, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões.-----

**A Assembleia Municipal** aprovou, por unanimidade, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. José de Pinho Soares, irmão do Sr. Abel de Pinho Soares, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões, a dar conhecimento à Família.-----

**- APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.º Rui Manuel Martins de Almeida Leite** informou que não chegaram à Mesa correções à proposta da ata distribuída aos membros da Assembleia.-----

**A Assembleia Municipal** aprovou a ata da sessão ordinária de vinte e cinco de fevereiro de dois mil e dezasseis, por maioria de vinte e seis votos a favor, tendo-se absterido a Sra. Dra. Célia Maria dos Santos Tavares e o Sr. Carlos Tavares, por não terem participado na referida sessão.-----

**De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Eng.º Rui Manuel Martins de Almeida Leite** concedeu a palavra aos Membros da Assembleia, começando por intervir o **Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho** que, em nome da Bancada do PPD/PSD, entregou à Mesa um requerimento sobre o

2016.04.28

procedimento de prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos e limpeza.-----

**De seguida, apresentou uma proposta, em nome da Bancada do PPD/PSD,** que se transcreve, de acordo com documento entregue à Mesa: “A famigerada Reforma Administrativa concretizada pelo Governo de Coligação PSD/CDS lesou gravemente os interesses do Município de Vale de Cambra, a sua coesão política e administrativa e desrespeitou a vontade unânime do Povo de Vale de Cambra na Assembleia Municipal que rejeitou liminarmente a agregação de freguesias.-----

Hoje, o Povo das freguesias agregadas mantém viva a vontade de retomar a autonomia administrativa das suas Terras e decidir, como sempre o fez, os destinos do seu desenvolvimento, integrados no desenvolvimento do Concelho.---

Hoje há, quer no Governo quer na Assembleia da República, novos decisores, aqueles que votaram contra a Lei da Reforma Administrativa, que nos foi imposta, porque a consideraram lesiva dos interesses das populações o que é uma realidade.-----

Aliando a vontade do Povo de Vale de Cambra que esta Assembleia Municipal deve respeitar, apoiar e sublimar, aos ventos de mudança no Governo e Assembleia da República, proponho em nome da dignidade do Município que a Assembleia Municipal inicie junto do Governo e Assembleia da República o processo de Restauração das nove freguesias do Concelho.”-----

**No uso da palavra a Sra. Dra. Maria Teresa Moreira Gonçalves,** após cumprimentar os presentes, agradeceu, em seu nome e da sua família, o voto de pesar aprovado por esta Assembleia, pelo falecimento do seu avô.-----

**Interveio o Sr. Dr. Reinaldo de Almeida Pinheiro,** após cumprimentar os presentes, referiu novamente a situação das localidades situadas a norte da Freguesia de Macieira de Cambra, quanto ao saneamento básico e abastecimento de água da rede pública. No âmbito do anterior executivo e

2016.04.28

aquando das obras de beneficiação e retificação da EN 224, entre Vale de Cambra e Arouca, diligenciou-se no sentido de ser executada uma conduta que fosse elemento primordial da rede de saneamento básico. Foi uma boa iniciativa, contudo até hoje só dela beneficiam os moradores das zonas adjacentes à estrada, aqueles que ficam imediatamente a seguir. Através de uma política de facilidades que foi lançada pelo anterior Executivo e que continua pelo atual Executivo e muito bem, está facilitada a ligação das casas à rede pública de água com custos menores, mas a verdade é que aquelas localidades - Cabanelas, Paredes, Vinha do Pé, Valgalhardo, Furna, Perrinho, Vilarinho, Pintalhos, Barracão, Borralhal, Santo Aleixo - continuam como há dezenas de anos atrás. Enquanto não houver obras de ligação naquelas ruas adjacentes à EN 224, as pessoas continuarão sem acesso à rede, são duplamente penalizadas, primeiro porque não têm acesso ao saneamento básico e, segundo porque para despejar as fossas ainda se debatem com problemas de natureza ambiental. Quanto à água também acontece uma dupla penalização, para terem água têm de fazer furos e análises à qualidade da água. Para fazer o furo é necessário autorização da Câmara Municipal. Esclareceu referir-se não apenas a este Executivo, mas também aos que passaram e aos que virão, e que este é um aspeto reivindicativo e nada mais que isso. Um dia destes o que pode acontecer é que estas populações pacientes, cordatas, que ficam satisfeitas quando pessoas de todos os partidos passam por lá em tempo de eleições, um dia se cansam e poderão, já não diz boicotar as eleições, mas pelo menos ficarem em casa pois ninguém lhes liga. Estas localidades, constituem um enclave entre o lugar da Farrapa, a parte que pertence ao Município de Arouca e Algeriz que pertence ao nosso Município. É um enclave que não tem direito a nada – nem saneamento básico, nem abastecimento de água. As assimetrias continuam no País, assimetrias que têm a ver com as Regiões, com a interioridade. Só faltava agora ter uma assimetria de

2016.04.28

uma Câmara em relação à Câmara vizinha, isto porque nos limites do Concelho de Arouca, nas confrontações com o Município de Vale de Cambra, especificamente no lugar da Farrapa, que pertence a Macieira de Cambra, concelho de Vale de Cambra, sendo que a outra parte – lugar de Chave, Concelho de Arouca, tem saneamento básico e tudo. É tempo de facto daquelas populações terem cidadania inteira. Perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se ainda está na perspetiva deste Executivo alterar esta situação. Esta é uma reivindicação apresentada com toda a legitimidade, tratando-se de populações que distam da sede do Concelho e da sede de Freguesia a que pertencem não mais de 6km. É óbvio que têm tanto direito ao saneamento e abastecimento público de água, quer a população que está a 30km, quer a que está a 10km, apenas refere a distância para se ver o paradoxo. Terminou perguntando novamente se de facto este assunto está a ser considerado pela Câmara e se ainda há perspetivas deste assunto ser solucionado por este Executivo, neste mandato.-----

**Interveio o Sr. Dr. António Fernando de Pina Marques** que, após cumprimentar os presentes, apresentou o seguinte voto de pesar: “A Bancada do PSD vem apresentar um voto de pesar pelo falecimento da Sra. D. Regina Gomes Filipe que ocorreu no passado dia 23 do corrente. A D. Regina, como todos a conhecemos, foi a primeira mulher a ser funcionária da Câmara Municipal, muito estimada por todos, foi boa esposa, boa mãe e dedicou parte do seu tempo, pelo menos nos últimos anos a algumas atividades culturais, como a pintura e o canto através da sua participação no Orfeão de Vale de Cambra. À sua família as mais sentidas condolências.”-----

De seguida, proferiu a seguinte intervenção: “No passado dia 21, 22 e 23 ocorreu no Pavilhão Municipal as III Jornadas sobre emprego e empreendedorismo, denominada “Aqui há futuro”, com a participação dos Município de Vale de

2016.04.28

Cambra, de Oliveira de Azeméis, os Agrupamentos de Escolas e empresas dos dois Municípios.-----

Parabéns aos Agrupamentos de Escolas neste diálogo com o mundo empresarial e aos empresários que assim potenciaram a inovação e empregabilidade. -----

Parabéns, naturalmente aos dois Municípios e ao IEFP.”-----

**A Assembleia Municipal**, sob proposta da Bancada do PPD/PSD aprovou, por unanimidade, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. D. Regina Gomes Filipe, que foi das primeiras mulheres funcionárias da Câmara Municipal, a dar conhecimento à Família.-----

**No uso da palavra o Sr. Dr. José António Abrantes Soares de Almeida**, após cumprimentar os presentes, agradeceu em nome próprio e dos familiares do seu irmão, o voto de pesar aprovado pelo falecimento deste, manifestando também o reconhecimento a todos que lhes demonstraram solidariedade e amizade, num período difícil e doloroso. -----

Sobre a proposta apresentada pelo PSD relativa à reforma administrativa, referiu que é bem conhecida no concelho a posição que o CDS assumiu e continua a assumir relativamente à reforma administrativa, que tem sido demonstrada desde há algum tempo na Assembleia Municipal, já no mandato anterior, onde têm sido figuras preponderantes o Sr. Manuel Campos e o Dr. Almerindo Santos, e depois durante a campanha e durante os atos. O Sr. Presidente da Assembleia decidiu realizar duas sessões da Assembleia, uma em Codal e uma em Vila Cova de Perrinho, como uma manifestação de solidariedade com os seus povos e de protesto por uma reforma administrativa que esvaziou, ou pretendeu esvaziar estas duas freguesias dessa competência. Leu as palavras que tinham sido proferidas na última sessão da Assembleia pelo Dr. Almerindo Santos, que ilustram bem esta posição do CDS: “Como todos sabem a agregação de freguesias, a nível nacional, teve como testa-de-ferro, uma figura emblemática no



2016.04.28

panorama nacional, partidário e governativo, o ilustre Sr. Miguel Relvas, que, na altura própria, abandonou o executivo do País.-----

No tocante a Vale de Cambra, contrariamente ao que alguns afirmaram, não há vencedores, apenas vencidos, porquanto das nove Freguesias independentes do Concelho, restam sete, dada a agregação de três em uma, ou seja, Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, em termos globais, são uma só Freguesia.” Julga que aqui está a posição, bem clara, que o CDS assumiu quanto a esta matéria.----

De seguida, referiu dois eventos, um sob o patrocínio do Sr. Presidente da Assembleia Municipal e outro sob o patrocínio da Câmara Municipal. Começando pelo mais recente, aquando do 25 de abril, que se entendeu comemorar com uma manifestação de arte. Nada melhor que a arte, onde cada um dos artistas transmite a liberdade dos seus atos, para se associar a uma data que teve como ponto forte a concessão de liberdade aos Portugueses. Salientou a exposição da Rita Silva e fundamentalmente da sua tia Gabriela Albergaria. Salientou o carácter de humildade de uma pintora que é hoje uma mulher do Mundo, que depois de expor em Nova Iorque, em Toronto, em S. Paulo, em Montevideu, em Lima, em Londres, em Berlim e por aí fora, também quis vir à sua terra natal – Vale de Cambra. Referiu que, de uma pesquisa que fez na internet dos vários *curriculum vitae* desta conterrânea, em todos eles, sejam nacionais e estrangeiros, na maioria escritos em inglês, ela nunca deixou de dizer que nasceu em Vale de Cambra – Portugal. Isso orgulha-nos muito, porque uma pessoa com o seu prestígio e com a dimensão que ela tem, ser nossa conterrânea é uma grande alegria e faz-nos sentir reconhecidos. Também salientou o facto de ter a expor ao lado dela uma sobrinha, que é uma artista emergente mas que certamente terá muito sucesso. É uma honra ter aqui a expor a Gabriela Albergaria, pelo que felicitou o Sr. Presidente da Assembleia por ter tido esta ideia e a ter conseguido levar a cabo.-----

2016.04.28

O outro evento, que se realizou no Pavilhão Municipal, a terceira edição do “Aqui há futuro”. De facto é um evento de grande importância para o Concelho, para os seus jovens e para todas as suas empresas. Saliou, em primeiro, o enorme sucesso do evento, em termos de preponderância, e o que foi entendido pela maior parte dos que nele participaram, que tiveram muito interesse nessa participação. Saliou, por segundo, também o facto da Câmara ter entendido realizar este evento, desde a sua primeira edição, num formato intermunicipal. É importante fazer parcerias, uma vez que, deste modo, se conseguem realizar eventos de maior dimensão e de maior valor. Em terceiro lugar, salientou o facto do parceiro escolhido ter sido o Concelho de Oliveira de Azeméis, bem escolhido, pois para além da proximidade geográfica, é também um concelho mais próximo em termos de estrutura económica, em que a indústria exportadora tem maior peso.-----

**O Sr. Eng.º João Manuel Mateus Lameiras** pediu informações, ao Executivo Municipal, sobre a abertura da Unidade de Cuidados Continuados, de que muito se tem falado na comunicação social. Perguntou se há alguma informação atualizada sobre a data prevista para a sua abertura, e que negociações estão a ser feitas com a ARS Norte (Administração Regional de Saúde do Norte).----- Perguntou também sobre as escolas que irão fechar e as que se vão manter abertas no próximo ano letivo, no Concelho.-----

**A Sra. Dra. Célia Maria dos Santos Tavares**, após cumprimentar os presentes, referiu que a Ministra da Justiça adiantou durante o debate que houve a 20 de abril de 2016, no Parlamento, sob o tema da justiça, que apresentará no próximo mês de maio desenvolvimentos sobre o Mapa Judiciário. Às questões colocadas pela oposição respondeu garantindo que não tem qualquer intenção de abandonar o projeto do Mapa e que se manterá nos seus eixos fundamentais prevendo-se, no entanto vinte e sete secções de proximidade. Não haverá, no

2016.04.28

entanto, insistiu a Senhora Ministra alterações ao desenho do Mapa, é o mesmo - diz ela, - continuam a haver vinte e três Comarcas, continuam a haver os Órgãos de Gestão de Comarcas como existem agora e continuam a haver Especialização, estes são os desejos fundamentais do Mapa que vão ser integralmente mantidas. -----

Afinal as notícias que têm sido apresentadas como boas, de facto não acontecerão. Ora esta é uma má notícia para o Concelho de Vale de Cambra, que urge analisar e ponderar e tirar daí conclusões. Apelou a todos no sentido de juntarem esforços para que não fique tudo uma vez mais igual. A revisitação da Ministra da Justiça adivinha-se vir a corresponder a uma mudança no Mapa que não muda grande coisa, a uma pequena intervenção cosmética de visibilidade com resultados zero para o Concelho de Vale de Cambra. Com uma atuação deste género podemos deixar de pensar e de acreditar e ter qualquer tipo de fé na possibilidade de a curto e médio prazo vir a haver qualquer alteração ao atual estado das coisas no Tribunal de Vale de Cambra. A justiça só é verdadeiramente justiça se tiver o carácter de proximidade, ou seja, o que importa é que as pessoas não tenham de se deslocar dezenas de quilómetros para terem acesso aos tribunais e à justiça. O que precisamos é de voltar a aproximar a justiça dos cidadãos, novamente num serviço de proximidade, evitando assim a deslocação de testemunhas e de advogados a tribunais fora do Concelho, de modo que a justiça seja próxima dos cidadãos. Torna-se necessário que o Tribunal de Vale de Cambra ganhe novas valências e volte a ter novamente os processos e os competentes julgamentos criminais, e de bens e comércio, que perdeu. Devendo manifestar-se total disponibilidade dos Órgãos Municipais para colaborar neste processo com o ministério da justiça. A Senhora Ministra aponta no sentido da sua reabertura e isto não significará reabertura de Comarcas, ou seja significará que nos edifícios das localidades serão realizados atos processuais como julgamentos

2016.04.28

e audição de testemunhas. Vão usar-se estes edifícios – dos antigos Tribunais - para a práticas de certos atos judiciais e que a solução deve passar pela deslocação dos magistrados às localidades que ficaram sem tribunal. Ora então e porque não esta mesma solução para a Secção de Competência Genérica, que é o nosso Concelho? Em Vale de Cambra, por exemplo, no caso dos processos de família, que passaram para o Tribunal de S. João da Madeira ou nos processos crime que hoje correm nos tribunais de Santa Maria da Feira, a população de Vale de Cambra tem de percorrer no primeiro caso 12km e no segundo caso 20km para cada lado. Tudo isto trouxe um efeito negativo para a população. Quem não tem carro tem de se deslocar supõe em táxi, devido à ausência de transportes público e tendo, na maioria das vezes, de almoçar nesses Concelhos o que encarece a justiça. Ora o Ministério da Justiça transmitiu ultimamente uma informação de que estão a ser empreendidos todos os esforços para que uma solução devidamente ponderada possa ser implementada o mais cedo possível e que conta com a colaboração dos Autarcas dos Municípios afetados e de todos os operadores judiciários, como parceiros privilegiados na missão a que se propôs de aperfeiçoar o Mapa Judiciário. Sabe que estão a ser realizadas reuniões com diversos Autarcas e Entidades, bem como visitas a respetivas Comarcas, de modo a habilitar o Ministério da Justiça com melhor conhecimento da situação, de modo a poder agir mais eficazmente com vista a um melhor acesso à realização da justiça. Deverão então aproveitar esta oportunidade para mudar o rumo das coisas, pois prevê um futuro negro para o Tribunal de Vale de Cambra, que esvaziado de competências, ficando com um número cada menor de processos, sem processos de família, sem processos de menores, sem ações cíveis de maior valor, sem insolvências, sem execuções, e sem os crimes maiores, culminará com o seu encerramento. Mas Vale de Cambra tem excelentes condições de trabalho no seu Palácio da Justiça. O número de processos que transitam no seu Palácio

2016.04.28

da Justiça acrescentando as suas pendências justificam a sua permanência. São longas as distâncias que os cidadãos são obrigados a percorrer, diga-se das Freguesias de Arões, de Junqueira e de Cepelos, ida e volta, para ter acesso ao serviço da justiça. Acresce a falta de condições de trabalho disponibilizados nos Tribunais, dado como exemplo, a Instância Central/Secção de Comércio de Oliveira de Azeméis para onde foram canalizados processos anteriormente tratados no nosso concelho. Este tema deve ser analisado com prudência e com relevância que merece pois que afeta o dia-a-dia da população de Vale de Cambra, deve ser, em sua opinião, uma bandeira de modo que a população do Concelho não sofra mais uma subtração de serviços públicos e que levam à diminuição da atratividade deste lindo concelho e em consequência à destruição do tecido empresarial e ao aumento da desertificação. -----

**No uso da palavra o Sr. Dr. Carlos Alberto Sousa Matos**, após cumprimentar os presentes, proferiu a seguinte intervenção: “É entendimento do Partido Social Democrata que a inauguração das instalações do Centro Social e Paroquial da Freguesia de Arões, que ocorreu a 16 de Abril de 2016, é um facto digno de um voto de louvor.-----

Um voto de louvor que mais não é que o reconhecimento da força e do querer da comunidade paroquial de São Simão de Arões e da sociedade civil daquela Freguesia.-----

Toda a comunidade concelhia deve orgulhar-se do feito realizado em Arões, quer pelo alcance social da obra ali concretizada, como pelo avultado investimento envolvido na sua execução.-----

Como invocou o Reverendo Padre Eurico, no seu discurso no ato inaugural - a realização do mandato de Cristo - por ele sucessivamente invocado, com citações Bíblicas muito a preceito, contou com a generosidade do contributo voluntário de vários cidadãos que se empenharam com denodo e competência, na conceção do

2016.04.28

projeto, na elaboração de diversos estudos, e na organização e submissão da candidatura aos fundos europeus.-----

Tal como o próprio Reverendo Padre Eurico fez questão de repetidamente sublinhar, o Dr. Pedro Almeida, no exercício da sua cidadania participativa e socialmente solidária, subtraiu larguíssimas horas ao seu convívio familiar, prestando um inestimável apoio técnico à elaboração e submissão da candidatura aos fundos europeus. -----

Sem se dar conta disso, o Dr. Pedro Almeida, teve um papel crucial nas démarches para a angariação dos imprescindíveis recursos financeiros, ajudando a realizar o sonho de uma comunidade inteira, que abraçou aquele projeto, envolvendo-se e comprometendo-se com ele de uma forma apaixonada e entusiástica.-----

Uma comunidade que contando apenas consigo própria e com o auxílio benemérito de alguns cidadãos amigos, avançou corajosamente para a concretização do seu sonho, ombreando sem grandes apoios das instituições locais, com um investimento que ultrapassou a fasquia de um milhão de euros.----

Na certeza de que este exemplo de cidadania participativa e socialmente solidária é merecedor do reconhecimento desta instituição democrática, proponho que a Assembleia Municipal aprove um voto de louvor à comunidade paroquial de São Simão de Arões e a toda a sociedade civil daquela Freguesia, bem como a todos quantos com ela colaboraram na concretização de tão nobre missão, pela demonstração de amor à sua terra e pela sua entrega ao serviço do bem-comum.”

**O Sr. Presidente da Assembleia** referiu colocar a votação a parte final, porque há aqui a parte de paleio e a parte do louvor, lendo novamente a parte final da proposta apresentada pelo Dr. Carlos Matos.-----

**Na sequência da proposta apresentada pelo Sr. Dr. Carlos Alberto Sousa Matos, a Assembleia Municipal** aprovou, por unanimidade, um voto de louvor à

2016.04.28

Comunidade Paroquial de São Simão de Arões e a toda a Sociedade Civil da Freguesia Arões, bem como a todos quantos colaboraram na concretização de tão nobre missão (novas instalações do Centro Social Paroquial de Arões), pela demonstração de amor à sua terra e pela sua entrega ao serviço do bem-comum.-

**No uso da palavra o Sr. Manuel Correia de Campos**, após cumprimentar os presentes, referiu que, após a referência a assuntos que dizem respeito à União de Freguesias, não poderia deixar de lembrar o que se passou nesta casa. Aquando da aprovação da agregação de freguesias, fizeram-no em segredo antes uns dias, sem dar conhecimento a colegas de equipa. Elaboraram um sistema que para si é fraudulento, dado que as Freguesias a agregar seriam Macieira de Cambra, S. Pedro de Castelões e Vila Chã, não Codal. Até trocaram terrenos e ruas para iludir o povo. Se estão bem recordados, entregou um requerimento na Assembleia para ser aprovado, sendo que o Sr. Presidente não o apresentou, pelo que solicitou, na semana seguinte, a impugnação desse ponto da sessão. Mas afinal os verdadeiros políticos também existem em Vale de Cambra, porque os verdadeiros políticos hoje dizem uma coisa, amanhã dizem outra, talvez por erro. Para aquelas pessoas que tentaram tramar as Freguesias “o tiro saiu-lhes completamente pela culatra e queimou-os todos”. Por isso agora talvez venham com umas palavrinhas mansinhas, por ouvirem falar que possivelmente as Freguesias poderia voltar ao seu sítio próprio, o que aplaude. Enganam-se todos aqueles que pensam que enganam o povo de Vale de Cambra. O povo de Vale de Cambra tem os olhos bem abertos, não vota em partidos, vota nas pessoas que representam os seus habitantes, aqueles que lutam de consciência livre e tranquila e honestamente – é isso que o povo escolhe. Não é com mentiras, pois estão cheios de mentiras do princípio ao fim, é o carácter do homem que previu a palavra.-----

2016.04.28

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal suspendeu os trabalhos por cerca de cinco minutos.**-----

**Retomados os trabalhos, interveio o Sr. Eng.º Afonso da Silva Almeida** que, após ter cumprimentado todos os presentes, referiu que tem vindo a dar sugestões ao longo do tempo, contribuindo construtivamente, sugestões que de um modo geral têm sido bem aceites, pelo senhor Presidente do Executivo. Embora a sua execução seja mais demorada, vão continuar a esperar, até porque no final da última sessão da Assembleia alguém do executivo em jeito de rodapé referiu que o Sr. Presidente pecou por uma coisa – não dizer que todas as obras sugeridas estavam nas prioridades do executivo. Uma vez que estão nas prioridades do Executivo não faz sentido “bater nelas” mais tempo.-----

No decorrer desta sessão foram-lhe aguçando o apetite para fazer uma outra observação, relativa à atividade “Aqui há futuro”, elogiando e louvando a Câmara Municipal pelo evento e todos quantos nele colaboraram, nomeadamente a área da formação profissional. É com atividades destas que as coisas poderão melhorar, pelo menos dar mais alento aos jovens, pelo que deu os parabéns pela atividade.-----

De seguida, perguntou se já está elaborado o projeto de reabilitação do edifício do Cinema e se podem ter acesso a ele. Acrescentou ouvir muitas versões quanto à futura ocupação do espaço, nomeadamente algumas já citadas pelo Sr. Presidente em atos públicos. Contudo, começa a ter dúvidas quanto a se aquele espaço dada a pesada dimensão que tem, irá albergar todas aquelas atividades, associações e iniciativas a levar a efeito dentro do Concelho.-----

Fez referência aos painéis interativos que estão desativados já desde o tempo do anterior executivo. Pensa que não custará muito dinheiro a reativar e aproveitar para inclusive mostrar algumas imagens do Concelho, dado que o Executivo



2016.04.28

apregoa o Turismo, é uma boa altura para divulgar locais típicos de Vale de Cambra. É uma pena, o investimento está feito e não está a ser rentabilizado.-----

Em nome da bancada do PS, deu os parabéns às gentes de Arões e a todos quantos colaboraram naquela obra (novas instalações do Centro Social e Paroquial). Está lá uma obra, não só necessária, mas também exemplar. Não o fazem em jeito de campanha, mas dão os parabéns sentidamente.-----

Quanto à observação feita pelo Dr. Reinaldo Pinheiro referente a um conjunto de lugares da Freguesia de Macieira de Cambra, referiu que este tem razão, não só pelos lugares citados, mas a muitos outros do Concelho de Vale de Cambra que foram esquecidos e lembrados apenas em campanha eleitoral. Mas isso já não é só deste Executivo, mas também dos que o antecederam que tiveram a mesma prática, o mesmo respeito ou desrespeito por aquela gente. -----

**No uso da palavra o Sr. Dr. Carlos Alberto Sousa Matos** referiu que o Sr. Presidente da Assembleia adjetivou parte da sua intervenção como “paleio”, pelo que perguntou se aquele termo faz parte da elevação que o Sr. Presidente pretende para esta Assembleia.-----

**Em resposta o Sr. Presidente da Assembleia** pediu que lhe lembrasse quando utilizou o referido termo, após o que esclareceu não o ter feito com sentido insultuoso, apresentando as suas desculpas uma vez que foi assim interpretado.--

**Interveio o Sr. Dr. Reinaldo de Almeida Pinheiro** respondendo ao Sr. Eng.º Afonso, que tem por hábito fazer apreciações de natureza casuística, caso a caso, e quando se referiu ao problema das populações a norte da Freguesia de Macieira de Cambra teve o cuidado de dizer, e que agora reitera, que é evidente que é uma mera reivindicação e que não tem a ver só com este executivo. Antes deste executivo - a situação é o que é, com este executivo - a situação é o que é, não está a atacar ninguém nem a aligeirar responsabilidades seja de quem for. Teme que, tendo em consideração o passado e o presente, perspetivando se

2016.04.28

ninguém fazer nada “lá para as calendas gregas” terão o saneamento e abastecimento de água. Pediu agora à Câmara que está cá, o que é natural.-----

**No uso da palavra o Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho** agradeceu as duas intervenções sobre a reforma administrativa, do Sr. Dr. José Soares e do Sr. Manuel Campos, e acrescentou que quando tiveram que aguentar a Reforma administrativa na Assembleia Municipal foi um processo doloroso e muito complicado para todos. A Assembleia Municipal teve de assumir porque eram essas as regras do jogo, a Câmara Municipal nem sequer foi chamada para nenhum tipo de intervenção, foi a Assembleia Municipal e a intervenção da Câmara Municipal daquele tempo e por maioria esclarecida, em vez das cinco Freguesias que a reforma administrativa propunha, conseguiram de acordo com a Lei que o Município ficasse com sete. Tudo o que foi gerado contra essa deliberação apenas significava que ficavam com as cinco freguesias e não diz quem foi porque isso é passado. Esta reforma administrativa não é culpa do CDS/PP de Vale de Cambra, nem do PS de Vale de Cambra, nem do PSD de Vale de Cambra, isto caiu-lhes em cima, e têm de aqui resolver as coisas de forma a que o Município fique o menos penalizado possível. Acrescentou que a proposta por si apresentada nada tem a ver com o passado, mas sim com o futuro, têm de andar à frente, porque “candeia que anda à frente alumia duas vezes”. Entende que a Assembleia Municipal, o Município de Vale de Cambra deve ter essa lucidez para andar à frente, assumir os factos e ser capaz de os lançar aos Órgãos da Tutela, que são o Governo e Ministro da Tutela do Poder Local, Assembleia da República, Comissão de Poder Local, etc. A Assembleia Municipal e a Mesa saberá muito bem conduzir este processo de forma a sermos os primeiros a assumir perante o Senhor Ministro Eduardo Cabrita que tem dado sinais de poder vir a assumir o reverter desse malefício para o concelho de Vale

2016.04.28

de Cambra. Referiu que não qualifica qualquer tipo de intervenção feita, são todas de qualidade e todos têm de pensar no futuro de Vale de Cambra. -----

**O Sr. Presidente da Assembleia** disse ao Sr. Dr. Manuel Augusto Carvalho que disponibilizará depois os documentos solicitados no requerimento entregue à Mesa.-----

**No uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva**, após cumprimentar os presentes referiu congratular-se com a organização e realização do “Aqui há futuro”, prestando um público agradecimento a todas as pessoas envolvidas no evento, nomeando para o efeito as Senhoras Vereadoras, os colaboradores da Câmara, as escolas e as empresas. Fez também um agradecimento à Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, parceira nesta iniciativa. A quarta edição terá lugar em 2017 e no Município de Oliveira de Azeméis. O *feedback* foi extremamente positivo por parte dos centros de formação profissional, das escolas e das empresas. -----

Mencionou a recente visita do Senhor Secretário de Estado da Administração Interna, Jorge Gomes, para uma reunião de trabalho que teve lugar nos Paços do Concelho e na qual foi apresentado o Plano Operacional Distrital, no âmbito da Defesa da Floresta contra Incêndios. Estiveram presentes várias entidades, nomeadamente o Comandante Operacional Nacional José Manuel Moura, o Comandante Operacional Distrital José Bismark, o Major-General Grave Pereira da ANPC. Após o que teve a oportunidade de se deslocar ao quartel dos Bombeiros para se inteirar das dificuldades dos Bombeiros, mas também das suas virtualidades, e a necessidade de se encontrar um financiamento para a Helipista, que falhou no Governo anterior. Pediram expressamente ao Senhor Secretário de Estado que ajude os Bombeiros nesta matéria. Agradeceu a disponibilidade do Senhor Secretário de Estado e agradeceu também tudo o que os Bombeiros fazem pelas populações.-----

2016.04.28

Manifestou satisfação ao Sr. Presidente da Assembleia pela iniciativa de Comemoração do 25 de abril e da exposição na qual estão presentes obras de Gabriela Albergaria e a Rita Silva, que enriqueceram muito esta iniciativa e, além disso é também a oportunidade para mostrar a enorme potencialidade ao nível da arte destas duas Valecambrenses. Deixou um agradecimento a estas duas Valecambrenses e ao Sr. Presidente da Assembleia.-----

De seguida, referiu nova legislação referente às indústrias seveso. Quando os Municípios têm na sua área industrias seveso são obrigadas a publicar uma série de procedimento. No Concelho de Vale de Cambra essa indústria é a COLEP e brevemente será distribuído um folheto informativo na zona periférica à COLEP, no cumprimento da legislação sobre a matéria, o que deverá ser acolhido com naturalidade e serenidade, sem preocupações.-----

Em resposta ao Sr. Dr. Reinaldo Pinheiro e sobre a questão do saneamento, relembrou uma sessão da Assembleia que decorreu no Edifício Municipal, onde estiveram uma série de pessoas do lugar de Barracão a reclamar exatamente aquilo que é uma aspiração natural e desejável para os moradores. Nessa sessão o anterior Presidente de Câmara disse aos moradores que a culpa não era da Câmara mas sim deles porque foram lá comprar os apartamentos, se tivessem comprado no centro tinham saneamento. Logicamente, acha que essa é uma resposta incorreta. Já passaram muitos anos desde o 25 de abril e com quarenta e dois anos de democracia, provavelmente foi a partir dessa época que se começou a fazer a expansão das necessidades básicas da população, nomeadamente ao nível do abastecimento de água e saneamento. Referiu que estão cá há dois anos e pouco, não houve possibilidade material e financeira para avançar com a expansão da rede, excetuando-se pequenos prolongamentos pontuais da rede existente. Não havia nenhum quadro comunitário disponível, começando agora a aparecer alguns programas comunitários. Refuta qualquer

2016.04.28

responsabilidade nesta matéria. Além disso não são só essas localidades citadas, mas por exemplo também Lourosa, zona periférica à Vila de Macieira de Cambra, Cavião e outros locais da Freguesia de S. Pedro de Castelões, já para não falar da Freguesia de Junqueira, Arões e a maior parte da Freguesia de Cepelos que também não tem. Referiu a importância de pensar nesta matéria e de se estar atento às oportunidades dos Quadros Comunitários, informando que nessa semana decorreu uma conferência organizada pela Associação de Municípios das Terras de Santa Maria em que o POSEUR e a sua gestora esteve em Arouca falando para os Municípios do Entre Douro e Vouga explanando as oportunidades nesta matéria. A Câmara Municipal estará atenta e fará as candidaturas que lhe forem possíveis fazer dentro da sua capacidade financeira. Agradeceu e manifestou a sua preocupação por durante estes anos aquelas localidades referidas pelo Dr. Reinaldo não terem sido contempladas com rede pública de água e saneamento. Se tudo correr bem acreditam que brevemente (pedindo que não interpretem este brevemente como 15 dias), será possível fazer essa expansão.-----

Em relação à Unidade de Cuidados Continuados, referiu que o assunto tem sido mencionado em vários órgãos da comunicação social, e recentemente foi publicada uma recomendação ao Governo no sentido de abrir esta Unidade numa vertente estritamente pública. O que é desejável é que se mantenham os princípios definidos e que, em 2013 numa visita que o Dr. Leal da Costa então Secretário de Estado fez ao Concelho de Vale de Cambra, foram objeto da assinatura de um Protocolo de que seria aberta num curto espaço de tempo. Mas até hoje não aconteceu, não estavam reunidas as condições necessárias para o efeito. Disse que a Câmara é parceira ativa na pressão que é a vontade de abrir a Unidade de Cuidados Continuados no Concelho, transversal a todos que estão nesta casa e também a todos que sentem no dia-a-dia as dificuldades tremendas

2016.04.28

em acolher os seus familiares acamados e com dificuldades. Estão cá para fazer o máximo de pressão possível. Acredita que a abertura será uma realidade a curto prazo.-----

No que se refere à rede escolar, informou que no próximo ano letivo (2016/2017) vão encerrar as escolas do primeiro ciclo de Ramilos, Rôge e Algeriz e o jardins de infância de Ramilos e Sede, passando todos os alunos para a escola do Búzio. No que se refere ao alunos do J.I. de Fuste serão incorporadas no J.I. de Rôge. Informou ainda que estão a preparar projetos para a requalificação de algumas escolas, designadamente Macinhata, Praça (Macieira de Cambra). Conseguiram reverter o encerramento desta última escola, havendo inclusivamente verba destinada à sua requalificação com fundos do mapeamento feito para a educação. Embora tenha havido também previsão para o encerramento da escola de Vila Chã tal não veio a acontecer e, neste momento, a par da escola de Macinhata tem um considerável número de crianças. Portanto, serão requalificadas as escolas de Praça, Macinhata e Areias, bem como o J.I. de Rôge. Quanto à questão levantada pela Dra. Célia Tavares, referiu que esta é uma preocupação transversal a todos. Foi um encerramento da Senhora Ministra Paula Teixeira da Cruz, uma ministra curiosamente do PSD que, de forma pouco respeitosa para Vale de Cambra, não olhando para a realidade do Concelho, quase fechou o Tribunal. Pensa que será do conhecimento dos advogados e comunidade ligada à justiça que, há cerca de um mês foi realizada uma reunião no Tribunal com a Comarca de Aveiro, na qual todos tiveram a oportunidade de explanar aquilo que era o sentimento da comunidade, a que o Município se associou. Continua a aguardar que o representante da Ordem dos Advogados de Vale de Cambra faça chegar um documento para ser remetido à Senhora Ministra. Informou ter já reforçado várias vezes o pedido ao representante da Ordem dos Advogados que, até ao momento, não fez chegar o referido

2016.04.28

documento. É urgente que a vontade dos Advogados seja respeitada e ouvida. Pediu aos advogados presentes o empenho que possam ter no sentido de pressionar o representante da ordem.-----

Em resposta ao Dr. Carlos Matos, referiu associar-se àquele que é o sentimento de muita satisfação por parte das pessoas de Arões, de facto está uma obra magnífica fruto do esforço da comunidade de Arões, de toda a comunidade paroquial. É importante realçar esse facto. Destacou contudo três pessoas que tiveram um papel nesta matéria, com a elaboração dos projetos e acompanhamentos da obra, Arquitecto António Silva, Eng.º Paulo Reis e Eng.º José Carlos Roque, Técnicos da Câmara Municipal, a quem agradeceu pela excelente obra que ajudaram a construir no Concelho.-----

Em resposta ao Eng.º Afonso Almeida, referiu que ainda não há projeto. O contrato de compra e venda foi assinado, tendo o Município que cumprir um calendário de pagamento, ficando pago em agosto o edifício estará na posse do Município. Assim que o Município for proprietário do imóvel começarão a desenvolver o projeto, pensando o modelo de governação e paralelamente a forma de requalificação do imóvel e a forma de o afetar à cultura do Concelho. Não esquecendo o Centro Cultural de Macieira de Cambra que naturalmente terá o seu espaço e a sua utilidade. O edifício do antigo cinema terá uma vertente diferente, atendendo até à dimensão espaço.-----

Quanto aos painéis desativados, está de acordo com o Sr. Eng.º Afonso e o importante é que se arranje uma solução e se coloquem os mesmos a funcionar. Mas pelas informações que lhe foram dadas pelos serviços camarários, eles por si só e com a tecnologia que têm, não têm recuperação, a tecnologia não serve. Têm de pensar numa solução mais moderna e com melhor imagem. Referiu que há pouco tempo falou com o Sr. Vereador sobre essa necessidade. Mas, nem sempre existe disponibilidade financeira para fazer aquilo que as Freguesias

2016.04.28

precisam, o que o Município no seu todo precisa, em tudo o que gostaria de fazer e fruto dos condicionalismos financeiros e daquilo que foi o honrar dos compromissos assumidos não foi possível fazer mais. Mas acredita que melhores dias virão, pelo intervalo outros menos bons vão surgindo, mas há que ter ânimo e determinação do que são os objetivos do Município e o que querem para o Concelho, acredita que com o próximo Quadro Comunitário muitas portas serão abertas e poderão então desenvolver um trabalho interessante.-----

**Neste momento, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Eng.º Rui Manuel Martins de Almeida Leite**, informou que lhe foi entregue a Certificação Legal de Contas, disponibilizando o mesmo a quem o queira consultar.-----

**Relativamente à proposta apresentada pelo Dr. Manuel Augusto, referiu o Sr. Presidente da Assembleia** que os membros daquele Órgão podem propor o agendamento de pontos para serem tratados nas assembleias, evidentemente há pontos emergentes que para cumprir determinados prazos são obrigatórios e numa situação de urgência pede-se o seu agendamento na altura. A forma de estar, de facilitar ou dificultar os trabalhos é da responsabilidade de cada um, portanto este ponto terá de ser agendado. O Sr. Presidente da Assembleia explicou que para ser aceite o seu agendamento é necessária a aceitação de  $\frac{2}{3}$  dos membros. -----

Assim, na sequência da proposta apresentada pelo Dr. Manuel Augusto Carvalho, e ao abrigo do n.º 3, do artigo 20.º do Regimento desta Assembleia e n.º 2, do artigo 50.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, **o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, propôs o agendamento do assunto “Reorganização Administrativa – proposta de apresentação de petição à Assembleia da República”**, conforme informação jurídica prestada no sentido de que a Lei 22/2012, de 30 de maio, veio consagrar a obrigatoriedade da Reorganização Administrativa do território das Freguesias, implicando essa agregação de



2016.04.28

Freguesias, a concretizar por referência aos limites territoriais do respetivo Município, segundo parâmetros de agregação diferenciados em função do número de habitantes e da densidade populacional de cada Município. Nesse procedimento ficou a caber à Assembleia Municipal a competência para deliberar sobre a Reorganização Administrativa do território das Freguesias, deliberação que ficou a designar-se por pronúncia, dado que a competência para a tomada de decisão final do processo de Reorganização Administrativa Territorial Autárquica cabe à Assembleia da República. Nestes termos, em face da proposta agora apresentada e de acordo com o disposto no regime legal aplicável, **poderá ser apresentada uma petição à Assembleia da República para que produza uma alteração legislativa que venha permitir alcançar o agora proposto.**-----

Colocada a votação a proposta de agendamento “**Reorganização Administrativa – proposta de apresentação de petição à Assembleia da República**” foi a mesma aprovada por unanimidade dos vinte e oito membros, passando a constar como ponto n.º 2, da Ordem do Dia, sendo renumerados os restantes pontos.-----

**- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

**1. APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DESTA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO:** Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2, do artigo 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, encontra-se presente para apreciação, informação escrita, datada de dezoito de abril, do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e respetiva situação financeira, no período compreendido entre dez de fevereiro e doze de abril de dois mil e dezasseis.-----

2016.04.28

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da Informação Municipal datada de dezoito de abril de dois mil e dezasseis.-----

**No uso da palavra o Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho** referiu que na informação prestada pelo Sr. Presidente da Câmara há uma referência a pavimentações, pelo que pergunta se nas mesmas estão acauteladas as infraestruturas de água, saneamento e os passeios. -----

**O Sr. Presidente da Câmara, José Alberto Pinheiro** respondeu tratar-se de pavimentação integral das vias em questão, acrescentando que a empreitada foi aberta de acordo com o projeto de execução. No caso da pavimentação da Rua da Videira referiu que tem infraestruturas de água e saneamento, mas a rua não permite incorporar passeios; a Rua Reverendo António Henriques Tavares tem passeios em toda a rua, estando prevista a execução de infraestruturas que estejam com alguma anomalia, estando feito o seu levantamento; no que se refere à pavimentação da Via Ervedoso-Arões não há infraestruturas de água e saneamento; e quanto à beneficiação da Via Cruzeiro de Vila Chã – Vale Pereiras contempla correção de passeios em parte do troço, a correção pontual da rede de drenagem de água pluviais e a correção pontual das infraestruturas de água e saneamento já existentes na rua.-----

**2. REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA – PROPOSTA DE APRESENTAÇÃO DE PETIÇÃO À ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA:** Conforme explicação dada no Período de Antes da Ordem do Dia, o senhor Presidente da Assembleia abriu a discussão do ponto.-----

**Interveio o Sr. Dr. José António Abrantes Soares de Almeida** referindo achar que a proposta apresentada é clara e sendo aprovada define bem o sentimento desta Assembleia relativamente à matéria em causa. Resultando dessa proposta uma petição à Assembleia da República, julga que para ter mais efeito, deve ser bem aprofundada, fazendo-se referência com profundidade aos fundamentos

2016.04.28

apresentados, bem como aos prejuízos que a reforma administrativa causou ao Município de Vale de Cambra e às Freguesias agregadas.-----

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** referiu que na elaboração da petição tudo isso será tido em conta.-----

**O Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho** disse que queria que esta proposta fosse o mais simples possível, portanto estes argumentos são os argumentos iniciais e passando o processo para a Assembleia Municipal aí pode ser devidamente aprofundado. A proposta é o início do processo, portanto tudo o que o Dr. José Soares pediu está absolutamente correto, a Assembleia Municipal no seu entender e se precisar da colaboração de alguém que a integra poderá pedir, pois isto é uma proposta da Assembleia Municipal. Acrescentou que não convocou as Assembleias de Freguesia, pois não é capaz de se imiscuir nas Assembleias de Freguesia pois têm competências próprias, mas acha que a Mesa poderia pedir para complementar - que estas subscrevam a proposta, pois elas também foram chamadas quando esta reforma vingou contra a vontade de todos. As Assembleias de Freguesia também tiveram de deliberar. Pede que isto seja complementado agora sim pela Assembleia Municipal, a proposta tem esse fim que a Assembleia desencadeie este processo, que o faça bem, que a petição seja remetida à Assembleia da República, à Comissão de Poder Local ou outras, porque da outra vez quando lutamos contra esta reforma, foi para a Presidência da República, para o Primeiro-Ministro, para o Poder Local, para as bancadas de todos os Partidos, espalhamos todo o nosso sentir de repúdio por aquela reorganização. Pediu paciência à Mesa e à Assembleia, de com esta simples proposta poder fazer mexer o Município inteiro para apoiar esta pretensão que é um dos grandes desígnios do Município de Vale de Cambra. Julga que desde 1926 nunca foram tão humilhados e nunca houve tantas repercussões como com esta reforma no Município de Vale de Cambra.-----

2016.04.28

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** referiu que tem apenas uma colaboradora do Município a trabalhar com a Assembleia, não tem meios, pelo que pediu ao Sr. Presidente da Câmara Municipal todos os meios que permitam a elaboração de um trabalho em condições. Concorda com o que disse o Dr. Manuel Augusto, pelo que colocou a votação a proposta de apresentação de uma petição à Assembleia da República no sentido de solicitar uma alteração legislativa que permita alcançar aquilo que foi agora proposto pela Bancada do PPD/PSD – restauração das 9 Freguesias no Concelho.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e aclamação, remeter à Assembleia da República uma petição, devidamente fundamentada, solicitando uma alteração legislativa que permita alcançar aquilo que foi agora proposto pela Bancada do PPD/PSD, isto é a restauração das nove Freguesias no Concelho.----

**Declaração de voto do Sr. Pedro Nuno de Magalhães Ribeiro:** “Votei a favor desta iniciativa pese embora tenha dúvidas do efeito prático dela. Se não houver vontade da parte do Governo em reverter a reforma administrativa jamais conseguiremos isoladamente reverter o caso de Vale de Cambra, mas mesmo assim entendo que deve ser dada uma oportunidade, que devemos recolher informação, ser preparada informação, para a eventualidade da disponibilidade da parte do Governo para reverter no compute nacional a questão da reforma administrativa. Tenho dúvidas que se consiga ter sucesso, tenho a certeza de que não haverá sucesso caso não haja vontade política do Governo para reverter a reforma administrativa do Dr. Relvas.”-----

**Neste momento, o Sr. Presidente da Assembleia** dirigindo-se à bancada do PSD, uma vez que o que lhe foi sempre transmitido é que dentro da bancada do PSD cada um é uma cabeça, ou seja cada um pensa por si, perguntou se para a elaboração da petição terá de contactar todos, um a um, os membros da bancada do PSD ou haverá alguém indicado como interlocutor, para isso têm ou não de

2016.04.28

chegar todos a acordo. Não parece haver muito acordo dentro da bancada, pelo menos foi o que tem vindo a ser transmitido até hoje, desde o Regimento, entre outras situações. -----

**No uso da palavra o Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho** disse ao Sr. Presidente da Assembleia que este tem toda a razão, mas quando o convidou para o Regimento disse na altura não estar mandatado para assumir porque não tinha reunido com a bancada e que iria tentar demove-los para a aceitação, o que não conseguiu. Foi o que aconteceu, pois todos os membros da bancada do PSD são livres, não há disciplina de voto. Mas agora quando precisar de alguém do PSD quem lá estiver vai ser mandatado pela bancada para assumir esse compromisso.-----

**Retomou a palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.º Rui Leite**, referindo estar devidamente esclarecido, acrescentando ser de mau tom, duas horas antes da sessão, quando estiveram a tratar disto durante meses, ter ligado a dizer que não havia consenso dentro da sua bancada. Acrescentou ter até gravada a hora do telefonema. Acha pouco elegante que, a nível de colaboração institucional, num projeto que é de todos, fazer uma coisa dessas. Foi um pedido de esclarecimento que fez, o assunto termina aqui, a não ser que peça direito de resposta, uma vez que este assunto não está na ordem de trabalhos.-----

**O Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho** esclareceu que telefonou ao Sr. Presidente da Mesa precisamente por lealdade institucional pois não conseguindo convencer a bancada ligou atempadamente a informar que por lealdade institucional a bancada do PSD iria apresentar uma proposta. Julga é que não estão habituados a esta forma de estar. Se foi mal interpretado pede desculpas publicamente.-----

2016.04.28

**O Sr. Presidente da Assembleia** informou que recebeu a chamada duas horas antes e se tal é lealdade, não lhe parece. Fundamentalmente, o público está esclarecido relativamente à postura das pessoas.-----

### **3. AGRUPAMENTO DE CENTROS DE SAÚDE (ACES) DO ENTRE DOURO E VOUGA II – AVEIRO NORTE – INTERVENÇÃO DO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NO CONSELHO DA COMUNIDADE, SR. MANUEL DOMINGOS DA COSTA TAVARES:**

**O Sr. Manuel Domingos da Costa Tavares, representante do Município no Conselho da Comunidade,** do ACES Entre Douro e Vouga II – Aveiro Norte, deu conta da reunião do referido Conselho realizada no dia 10 de março de 2016, à qual presidiu o Sr. Presidente da Câmara de Oliveira de Azeméis na qualidade de Presidente do referido Conselho.-----

Deu conta da ordem de trabalhos da referida reunião, a saber: -----

- (1) Apresentação breve do Plano de contingência para o frio;-----
- (2) Ponto de situação da evolução existencial da ACES Aveiro Norte;-----
- (3) Perspetivas para o ano de 2016;-----
- (4) Outros assuntos de interesse geral.-----

Para além dos elementos que integram o Conselho da Comunidade, estiveram também presentes na reunião, a Dra. Dulce, o Dr. Miguel Portela e mais alguns membros da Comissão Executiva do ACES. -----

No que se refere ao ponto 1, referiu que a ACES, para minimizar as consequências do frio, tentou que as pessoas se vacinassem dado que a vacina era gratuita a partir dos 65 anos. Só cerca de 50% aproveitou esta oportunidade.--

Relativamente aos pontos 2 e 3, foi referido na reunião pelo Dr. Miguel Portela, que nesta ACES a cobertura de médicos de família ronda os 98 por cento, quanto à enfermagem está a atingir um nível desejável, em termos de assistentes sociais

2016.04.28

também muito boa cobertura e haverá brevemente uma melhoria. A lacuna que o ACES tem é de um nutricionista, mas está para breve a admissão de pelo menos um. No que se refere a doentes oncológicos foi informado na reunião que estão a tratar com a Câmara Municipal a celebração de um protocolo para o transporte destes doentes ao IPO, para a primeira consulta. Quanto às análises clínicas é possível fazê-las nos Centros de Saúde de Oliveira de Azeméis e de S. João da Madeira. Quanto a Vale de Cambra está para breve, estando em preparação um panfleto informativo para a população. Os que estão isentos não pagarão taxas, os restantes suportarão um custo menor em relação ao privado.-----

Quanto ao ponto 4, outros assuntos, e relativamente à Unidade de Cuidados Continuados, referiu que o que mais estima é paz e saúde. Assim, naquela reunião voltou a colocar o problema da não abertura da unidade de cuidados continuados em Vale de Cambra. Há três anos que está prometido. Não há dúvida que as pessoas envolvidas no processo estão a fazer o melhor que sabem e o melhor que podem. A Unidade de Cuidados Continuados terá a capacidade para 30 utentes, o tempo de permanência numa dessas camas será de 3, 4 meses, o que daria uma média de 120 utentes por ano. Poderão pensar que é muito pouco, mas não, é muito! Alguns talvez saibam que muitas operações são adiadas porque os hospitais não têm camas para depois disponibilizar aos doentes, porque estão a ocupar essas camas pessoas que podiam estar nas unidades de de cuidados continuados por falta de disponibilidade destas. E em Vale de Cambra está pronta há três anos, em termos técnicos e em termos de recursos humanos, à espera de quê, perguntou.-----

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu, em nome de todo o Concelho, o trabalho que o Sr. Manuel Domingos tem feito, bem como a sua disponibilidade.-----

2016.04.28

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva** agradeceu ao Sr. Manuel Domingos o trabalho, a forma clara e sentida com que transmitiu o acompanhamento no âmbito das suas funções.-----

Referiu que muitos recorrem fora de horas à urgência de Oliveira de Azeméis, mas que o mesmo não tem médico internista, o que obriga que pessoas que precisam de ser internadas tenham de ir ao hospital de Santa Maria da Feira, correndo os riscos inerentes a um transporte de uma pessoa que está com debilidade, receber o visto de um internista e muitas vezes regressar ao hospital de Oliveira de Azeméis. Já manifestou preocupação com esta situação ao ACES, que não tem objetivamente responsabilidade sobre esta matéria, bem como à Administração do Hospital da Feira para que essa necessidade seja suprida o mais rapidamente possível. Quanto ao Centro de Saúde uma médica deixou de prestar serviço por motivo de reforma, mas também já foi solicitada a sua substituição, situação que está a ser acompanhada pelo ACES. De qualquer forma, já reforçou junto do ACES essa necessidade também para continuarem com o que foi um esforço grande nos últimos tempos de ter uma cobertura considerável, de utentes cobertos por médico de família.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

#### **4. AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO ENTRE O MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE VILA CHÃ, CODAL E VILA COVA DE PERRINHO**

**– deliberação da Câmara Municipal de 08.03.2016:** Presente deliberação da Câmara Municipal de 8 de março, que revogou o Protocolo celebrado em 05.06.2009 e aprovou a celebração do Contrato Interadministrativo entre o Município e a União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho,



2016.04.28

remetendo o referido Contrato a esta Assembleia Municipal para efeitos de autorização.-----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Pinheiro**, referiu que este ponto prende-se essencialmente com duas questões, uma delas o Cemitério Municipal pretendendo-se com este protocolo que a União de Freguesias assuma responsabilidades substituindo-se à própria Câmara Municipal, dado que esta tem cada vez menos operacionais, e também por uma questão de proximidade da Junta de Freguesia a este equipamento. Haverá aqui economia de ambas as partes, a União de Freguesias fica com uma função reforçada, mas as pessoas ficarão mais bem servidas, sendo que o funcionário que estava colocado no Cemitério de Vila Chã regressa à Câmara para trabalhar com outras equipas. Haverá portanto um ganho mútuo, a Câmara ganha, a Freguesia ganha, mas a preocupação é sobretudo a prestação de um bom serviço à população, que no seu dia-a-dia vai visitar a memória dos seus entes queridos.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos seus vinte e oito membros, autorizar a Câmara Municipal a celebrar um Contrato Interadministrativo com a União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, com vista à delegação de competências de gestão do Cemitério Municipal e Capela/Casa Mortuária, aprovando para os devidos efeitos a respetiva minuta do Contrato.-----

##### **5. APROVAÇÃO DA “NORMA DE CONTROLO INTERNO” DO MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA - deliberação da Câmara Municipal de 22.03.2016:**

Presente deliberação da Câmara Municipal de 22 de março, que aprovou a Norma de Controlo Interno do Município, submetendo a mesma a aprovação da Assembleia Municipal.-----

2016.04.28

**O Senhor Vereador do Pelouro das Finanças, Dr. António Alberto Almeida de Matos Gomes**, após cumprimentar os presentes, informou que a Câmara Municipal tinha em vigor uma norma de controlo interna, aprovada há bastante tempo e portanto desadequada à nova legislação e à realidade atual do Município.-----

**Interveio o Sr. Dr. José António Abrantes Soares de Almeida** referindo que a adoção de normas de controlo interno obedece, de facto, às melhores práticas que podem ser levadas a cabo em qualquer entidade e, designadamente, nesta que, sendo de administração pública, tem de seguir a sua atividade com muito rigor e muita transparência. Estas normas devem ser levadas a cabo para garantir esse rigor. Há um aspeto nesta Norma, um capítulo, que lhe parece bem interessante, julgando que a Câmara deverá criar ferramentas para o levar a bom termo – a contabilidade de custos. Julga que não está a ser adotado cá, nem na generalidade das Câmaras do País. A contabilidade analítica é fundamental como ferramenta de gestão, muito mais que a contabilidade financeira, que é aquela que lhes chega às mãos. Está inclusivamente prevista a forma de apuramento por método direto e por método indireto. Recomenda vivamente à Câmara Municipal a ter uma contabilidade de custos devidamente organizada, até para no final de cada projeto ou trabalho saber qual foi o custo efetivo do mesmo. Muitas vezes quando se usam recursos internos não é feita essa avaliação e essa incorporação nos custos do projeto. Esta contabilidade de custos iria permitir, em termos de gestão, saber se é mais adequado fazer com recursos internos ou recorrer a serviços externos de *outsourcing*.-----

**O Senhor Vereador Dr. António Alberto Almeida de Matos Gomes** informou que a Câmara está no momento a implementar a contabilidade analítica. Estão há cerca de um ano, na Divisão Administrativa e Financeira, a criar os procedimentos quer em termos informáticos, quer processuais, de forma a tratar e criar essa

2016.04.28

informação. É um aspeto bastante moroso dada a estrutura existente e à vasta diversidade em termos de centros de custo, Piscinas, Biblioteca, Museu, obras, e cada especialização. É sem dúvida uma aspiração da gestão financeira, para além de ser uma recomendação legal e até do Revisor Oficial de Contas.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos seus vinte e oito membros, aprovar a “Norma de Controlo Interna” do Município de Vale de Cambra, que fica arquivada na pasta dos Regulamentos Aprovados.-----

**6. NOMEAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS, NOS TERMOS DA PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 5 DE ABRIL DE 2016:** Presente deliberação da Câmara Municipal de cinco de abril, propondo à Assembleia Municipal a nomeação do revisor oficial de contas – Esteves, Pinho & Associados, SROC, nos termos do Relatório Final apresentado pelo Júri do Procedimento “ADN 15/2016”.-----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Pinheiro** referiu que a Câmara propõe a adjudicação à sociedade Esteves, Pinho & Associados, SROC, confiando no trabalho desenvolvido nestes dois últimos anos e renovando a confiança no seu trabalho, tratando-se também de um imperativo legal.-----

A Assembleia Municipal deliberou nomear Esteves, Pinho & Associados, SROC como Revisor Oficial de Contas, nos termos e fundamentos da proposta da Câmara Municipal de cinco de abril de 2016, por maioria de vinte e um votos a favor e sete abstenções dos seguintes elementos da Bancada do PPD/PSD: Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho, Dr. António Fernando de Pina Marques, Dra. Rosa Anita Ferreira Teixeira da Silva Conrado, Dr. Carlos Alberto de Sousa Matos, Dra. Célia Maria dos Santos Tavares, Dr. Reinaldo de Almeida Pinheiro e Eng.º Filipe Pascoal da Silva Fernandes.-----

2016.04.28

**7. PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2015 – deliberação da Câmara Municipal de 14.04.2016:** Presente a deliberação da Câmara Municipal de catorze de abril, pela qual submete a aprovação da Assembleia Municipal os Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2015, cujas cópias ficam apenas à ata da sessão.-----

O documento “Certificação Legal de Contas” foi entregue em mão à Mesa da Assembleia, já no decorrer da presente sessão, pelo representante da sociedade Esteves, Pinho & Associados, SROC. O documento está datado de 14 de abril de 2016.-----

**O Senhor Vereador do Pelouro das Finanças, Dr. António Alberto Almeida de Matos Gomes**, proferiu a seguinte intervenção: “As contas hoje presentes nesta Assembleia permitem analisar a gestão Municipal ao nível contabilístico, económico e financeiro no ano 2015.-----

Importa de imediato ter presente a enorme margem relativa à dívida – mais de 5 milhões e 700 mil euros. Relembro que a legislação em vigor impõe um limite de cerca de 17 milhões e 800 mil euros e a dívida total do Município, incluindo portanto entidades participadas, foi de cerca de 12 milhões e 100 mil euros.-----

Só a fornecedores, a dívida diminuiu cerca de 83% face a 2014 e 93% face a 2013. No total, em 2015 a dívida de curto prazo diminuiu mais de 1 milhão e 100 mil euros, e o Município deixou de ter pagamentos em atraso.-----

Àquela diminuição ainda acresce o pagamento de dívida de médio e longo prazo de mais de 2 milhões e 200 mil euros, sendo que o valor da dívida de empréstimos em 31 de dezembro de 2015 já é menor do que 7 milhões e 700 mil euros.-----

2016.04.28

Saliento também que o Resultado Líquido do Exercício de 2015, com um valor de 1.134.563,50 euros, se apresenta nivelado relativamente a 2014, facto revelador também da estabilidade das contas municipais.-----

No que diz respeito ao orçamento, a receita total cobrada teve uma taxa de execução de 91,36%, face às previsões corrigidas. Tal percentagem traduz um cumprimento da legislação em vigor que estabelece uma execução da receita mínima em 85%, para que não se venham a verificar constrangimentos decorrentes da legislação em vigor e, obviamente, é uma percentagem reveladora de uma excelente execução orçamental. As tipologias de despesas com maior expressão foram “despesas com pessoal”, com 29% do total da execução do orçamento da despesa, “aquisição de bens e serviços”, com 25%, “passivos financeiros” com 16,5% e “investimentos” com 11%. Do lado da receita, as “transferências correntes”, com 40% do total arrecadado e os “impostos diretos”, com 24% constituem as rubricas com maior volume de receita. Não obstante os constrangimentos existentes, a execução do Plano Plurianual de Investimentos ultrapassou o milhão e 600 mil euros, pelo que o rigor na gestão e o pagamento de dívida não impediram que fosse feito investimento em prol do Município.-----

Importa também mencionar o resultado dos movimentos entre recebimentos e pagamentos, pois o saldo a transitar para o exercício económico de 2016 foi de 2.580.438,13€, valor que decorre, portanto, da execução orçamental e que será repercutido no orçamento do exercício contabilístico de 2016, via revisão orçamental, ponto seguinte nesta sessão.-----

Temos, assim, pelo que atrás foi exposto e com tudo o que foi vertido nos documentos de prestação de contas, que a gestão económico-financeira municipal, além de transparecer nesses documentos, é reveladora do

2016.04.28

desenvolvimento alicerçado na utilização racional dos recursos disponíveis e num crescimento bem sustentado.”-----

Antes de terminar a sua intervenção, agradeceu a todos os colaboradores da Câmara Municipal relativamente ao cumprimento dos objetivos do orçamento, bem com aos colaboradores da Divisão Administrativa e Financeira na preparação dos documentos. -----

Salientou a ênfase deste executivo na transparência das suas contas.-----

Referiu que, estando presentes na sala, o Chefe da Divisão Administrativa Financeira e o representante da Sociedade dos Revisores Oficiais de Contas, poderão esclarecer alguma questão que os membros da Assembleia queiram colocar.-----

Terminou referindo, que a Certificação Legal das Contas mantém-se com a reserva habitual face aos passivos contingentes e que ainda estão por determinar, bem com duas ênfases a procedimentos contabilísticos, designadamente a contabilidade de custos que está a ser implementada.-----

**O Sr. Dr. José António Abrantes Soares de Almeida** referiu que a apreciação das contas anuais é o ponto mais importante que todos os anos se deve discutir numa Assembleia Municipal, dada a função fundamentalmente fiscalizadora da atividade municipal. Por isso não se podem alhear de fazer uma análise, com a profundidade possível e, circunstanciada sobre esta matéria. Começou por contextualizar, referindo que quando este Executivo, em finais de 2013, iniciou as suas funções, por razões de transparência e, de prudência, mas também utilizando-a como uma ferramenta de gestão, entendeu dever promover uma auditoria independente à situação financeira do Município. Essa auditoria foi levada a cabo por uma sociedade de revisores oficiais de contas, portanto, por profissionais habilitados e certificados para o exercício de tal tarefa, sendo uma

2016.04.28

entidade absolutamente independente da Câmara, que chegou às conclusões que já foram referidas nesta Assembleia por várias vezes. O endividamento direto reportado a 31 de outubro de 2013, sem consolidar os passivos das participadas, era superior a dezasseis milhões euros, sendo ainda identificadas algumas responsabilidades contingentes, que com uma grande probabilidade de virem a traduzir-se em custos e dívidas efetivas para a Câmara, ascendiam na altura a um valor ligeiramente superior a dez milhões de euros. Estávamos perante uma capacidade de endividamento, que hoje é de 17,8 milhões de euros mas que, na altura era ainda mais baixa. A transformação de alguma destas contingências em responsabilidade efetiva iria colocar em causa a capacidade legal de recurso a endividamento adicional, mas também iria colocar em causa a situação de solvência da Câmara, porque um agravamento desta dívida, já superior a 16 milhões de euros, poderia levar a Câmara a uma rotura financeira, e levaria seguramente para uma situação de dificuldade de tesouraria.-----

O Executivo Municipal tinha dois caminhos a seguir – um, talvez o mais fácil, era continuar uma política de despesas idêntica à que vinha sendo prosseguida, seria o mais fácil e talvez o mais populista, aquele que seria mais bem acolhida pela população. Mas corria o grave risco de, ainda no seu mandato ou no futuro, originar situações difíceis para a Câmara Municipal, à semelhança de outras Câmaras no País que entraram em rotura financeira, e daí poder resultar designadamente, uma intervenção do género daquela que no País tivemos com a Troika, obrigando a Câmara Municipal nomeadamente ao nível dos impostos que lança, do preço da água, ou de outras receitas correntes, a proceder a um agravamento dos mesmos, o que naturalmente iria afetar muito a nossa população. Num caminho destes, continuaria também a ter dívidas a fornecedores por tempos indeterminados, o que também não ajudaria de modo algum a economia local.-----

2016.04.28

Havia um outro caminho que era levar a cabo uma gestão rigorosa e de contenção. Foi esse o caminho seguido, com todos os riscos que tem junto da opinião pública, mas que era o caminho que poderia garantir um futuro mais estável para a atividade municipal. Os resultados estão à vista, se compararem os valores que são evidenciados pelas contas de 2015 com os que existiam em 31 de outubro de 2013, ou seja, no início do mandato. Por exemplo, em termos de empréstimos, enquanto em 31 de outubro de 2013 a Câmara tinha dívidas a bancos de 12,5 milhões de euros, em 31 de dezembro 2015 tinha apenas 7 milhões e 600 mil euros, tendo-se verificado uma redução de 4 milhões e 900 mil euros; a Dívida a fornecedores, em 31 de outubro de 2013 era de 2 milhões e 200 mil euros, sendo agora de apenas 156 mil euros, ou seja, assistiu-se a uma redução superior a 2 milhões de euros, sendo atualmente de menos de 1/10 da dívida que havia a fornecedores nessa data. Relativamente à rubrica Outros Credores, esse valor tem-se mantido invariável e mantém-se nos 1,9 milhões de euros. Em termos de Passivo e excluindo das Contas de 2015 as contribuições a que está obrigada (mas que ainda não fez) para o Fundo de Apoio Municipal, de meio milhão de euros para os próximos anos, mas que não corresponde a uma dívida, sendo uma contribuição para um fundo que vai ajudar as Câmaras que entraram em situação de rotura financeira, excluindo esse valor pode dizer-se que o passivo total bruto da Câmara Municipal passou de 16,5 milhões de euros, em 31 de outubro de 2013, para 9 milhões e 600 mil euros no final de 2015, ou seja uma redução de 7 milhões de euros. Aqueles que realizam bem o seu trabalho ainda são obrigados a colaborar com os que seguiram outras gestões mais irresponsáveis, e é uma verba que, em princípio, no futuro regressará à Câmara Municipal. -----

Se considerarmos as Disponibilidades, ou seja os meios financeiros que a Câmara tem em depósitos, parcialmente afetos a cauções, garantias, portanto não é todo o dinheiro disponível para manusear no dia-a-dia e por isso atinge



2016.04.28

normalmente valores elevados, em 31 de outubro de 2013 a Câmara tinha em disponibilidades 2milhões e 300mil euros e em 31 de dezembro de 2015 tinha 3milhões e 100mil euros. Esses recursos, essa liquidez, aumentou em cerca de 800mil euros. Se deduzirmos ao valor da dívida esses valores monetários que estão no cofre ou no banco, significa que temos o que é normalmente chamado de endividamento líquido, e que era em 31 de outubro de 2013 de 14milhões e 300mil euros e desceu para 6,5milhões de euros no final de 2015, portanto uma redução de 7milhões e 800mil euros. Esta recuperação tem sido gradual e progressiva. Se comparar as contas de 2014 com as 2015, em termos de endividamento pode dizer-se que esse passivo passou de 13 milhões de euros para 9,7milhões no final de 2015, ou seja reduziu-se em 3milhões e 300mil euros, e as Disponibilidades que a Câmara detém aumentaram 700mil euros, ou seja o endividamento líquido da Câmara Municipal de Vale de Cambra baixou no último ano 4milhões de euros. Referiu que a dívida a fornecedores no final de 2015 era de apenas 156mil euros, sendo que a Câmara tinha um prazo médio de pagamento a fornecedores de 22 dias, que é melhor do que é praticado por muitas empresas do País e Estrangeiro. Até nesta matéria houve uma redução, pois em 2014 este prazo era de 29 dias. Em 31 de dezembro de 2013, já depois de obtido o empréstimo do PAEL que serviu para pagar dívidas a fornecedores, mesmo assim a dívida ainda era superior a 1milhão de euros, dos quais 874mil euros eram referentes a dívidas de 2011. Também ao nível dos juros suportados - custo que a Câmara ou outra pessoa endividada perde e que só beneficia os bancos, ou seja, é uma perda efetiva de um recurso que poderia ser usado para fins sociais, recreativos e outras obras - o total de juros suportados no ano de 2013 foi de 522mil euros, estando aí incluídos 257 mil euros de juros de mora pagos a dois fornecedores. Os juros suportados neste último ano de 2015 baixou para 104mil euros, ou seja uma quinta parte daquele outro valor. Isso é possível

2016.04.28

porque tem sido levado a cabo uma atuação de rigor e de contenção das despesas. Neste último ano, a receita corrente foi de 13milhões e 100mil euros para uma despesa corrente de 9milhões e 400mil euros, isto é, gerou-se um saldo corrente de 3milhões e 700mil euros.-----

As receitas correntes que em 31 de dezembro de 2013 representavam 124% das despesas correntes, no final do último ano já representaram 139%.-----

Mas ainda assim, com esta política de austeridade e de contenção, que permite assegurar a sustentabilidade das finanças da Câmara Municipal, esta não se divorciou dos Municípes. Há um “custo” que a Câmara suportou, superior a 100mil euros, estima-se que na ordem dos 130 a 140mil euros, com a devolução de 1% do IRS às famílias deste Concelho, sendo 2015 o primeiro ano em que isso aconteceu. Também já se aprovou, como medida de apoio às famílias e que se vai repercutir nas contas de 2016, a redução do IMI para famílias com dependentes. Também as empresas estão a beneficiar do apoio deste Executivo, sendo de referir a redução das licenças para a indústria, que foi aqui aprovada e que já se refletiu nas contas de 2015, mas ainda a derrama que irá sofrer uma redução durante o ano de 2016.-----

Entende que vale a pena ter uma atuação que permita o futuro sustentado e que evite o risco de cair numa rotura financeira. Estes 500mil euros que esta Câmara, assim como outras do País em função das suas dimensões, têm contribuído para o Fundo de Apoio Municipal, são uma lição para todos, vão contribuir para que outros concelhos não entrem numa situação de falência, à semelhança do que acontece noutras cidades estrangeiras, sendo o exemplo mais paradigmático e recente o de Detroit. Vale a pena apostar na sustentabilidade das finanças, vale a pena apostar no futuro, vale a pena não deixar problemas para as futuras gerações e por isso felicitou a Câmara por esta estratégia de atuação. -----

2016.04.28

**O Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho** começou por dizer que, pelo que ouviram do Vereador do Pelouro das Finanças, bem como do Dr. José Soares, a bancada do PSD não tem nada que contrariar, pois são opções legítimas deste Executivo. O que foi feito neste mandato é da responsabilidade deste Executivo, não têm nada que estarem a contra argumentar, mas têm politicamente reparos a fazer. Quis dizer que as Contas apresentadas por este Executivo e aprovadas nas sessões da Assembleia são contas autênticas, esta Conta autentica as anteriores, foi sempre o que a bancada do PSD disse: “acreditamos nas contas que este Executivo aqui apresenta”. Relativamente às opções, aí têm algumas diferenças, absolutas e incontornáveis. O Sr. Dr. José Soares referiu que esta opção do Executivo foi para evitar outros males, da Troika ou de outra coisa que venha por rotura financeira. Esta opção do Executivo foi uma “opção Troikiana”, não foi preciso vir a Troika, a sustentabilidade em que assenta o desenvolvimento e o trabalho deste Executivo é isso mesmo. Parafraseando outros, referiu que “há défice mas há vida” e a vida das pessoas deve ser a toda hora acompanhada, e deve haver obra que acompanhe e melhore a vida dos Municípes. É opção desta Câmara é da responsabilidade desta Câmara, opção que respeitam, mas haviam outras opções em que se realizaria obra mantendo o Município com as finanças sustentadas. Foi o que aconteceu até 2013, o que aconteceu até 2013 manter-se-ia com o PSD à frente dos destinos da Câmara Municipal. O Povo assim mandou, mandou muito bem, entrou este Executivo, que respeitam e que está a fazer as suas opções, continuem, não têm mais nada a acrescentar sobre isso. -----

**No uso da palavra o Sr. Eng.º Afonso da Silva Almeida** referiu que perante os esclarecimento dados, particularmente pelo Dr. José Soares, julga que vão para casa muito mais descansados. De qualquer das formas, disse que o voto da bancada do PS não põe em causa a lisura das contas, da forma como foram apresentadas e realizadas tanto mais que depois de devidamente aprovadas por

2016.04.28

um Revisor Oficial de Contas não teriam competência para discordar do que quer que fosse. Justifica o voto da sua bancada por uma questão de coerência face à posição aquando da apreciação do Orçamento. Entende que é justo pagar a quem se deve e aí partilham com o espírito de gestão da Câmara Municipal, em pagar a quem se deve, mas se calhar poderiam ter feito isto de uma forma mais faseada. Em plena campanha eleitoral parece-lhe que era intenção deste Executivo quando chegasse à Câmara apresentar projetos para dez anos. Portanto, esta dívida em vez de ser diluída em quatro anos poderia ser dilatada em dez anos e teria sido muito mais suave para os Munícipes.-----

**Interveio o Sr. Dr. José António Abrantes Soares de Almeida** dizendo ter referido haver dois caminhos e a Câmara ter seguido um deles. Foi uma opção, mas esta atuação foi também uma herança dos Executivos anteriores, e há legados que não são repugnáveis, que têm de ser aceites. E nós tivemos de fazer face a uma dívida que estava mesmo no limite do endividamento, tendo ainda recebido nessa herança alguns valores que se poderiam traduzir em dívida a muito curto prazo, e um deles, de maior expressão, tem a ver com a VCP, um valor que poderá rondar os 6milhões de euros, uma machada que a qualquer momento pode cair sobre o pescoço da Câmara. Aliás, está em apreciação em Tribunal Arbitral e é natural que a qualquer momento surja uma decisão e surgindo essa decisão a Câmara Municipal tem de honrar esse compromisso, que pode ser um valor na ordem dos 6milhões de euros.-----

Se se continuasse a gastar como no passado, mantendo a dívida durante este tempo com 16milhões de euros, vinham mais 5 ou 6milhões em cima, passava-se para os 23milhões, ultrapassando imediatamente o limite de endividamento, em termos formais e legais, mas ultrapassava-se também, muito provavelmente, a capacidade de poder amortizar esse endividamento e, simultaneamente, continuar a fazer pelo menos aquilo que minimamente tem de se fazer para a

2016.04.28

população. Poderia acontecer uma situação de rotura financeira, entrava aqui o Fundo de Apoio Municipal ou era adotada uma outra medida, aí sim vinha a Troika e a Câmara era obrigada a subir os impostos, o preço da água, etc, com todos os custos inerentes para a população. Ainda hoje e com toda redução da dívida já referida, se de facto o caso VCP for decidido desfavoravelmente, vêm aí cerca de 6milhões desfavoráveis à Câmara e ela vai ficar próxima do limite de endividamento, com todos os inerentes custos futuros. Há indicadores, por analogia, que permitem ir no sentido de que esse risco se venha a tornar efetivo, recordando o processo e a decisão recentemente obtida no litígio entre a Câmara Municipal de Barcelos e as Águas de Barcelos. Este processo nos seus princípios é muito idêntico ao da VCP, e que foi desfavorável à Câmara. Mas o que é certo é que caso se não tivesse feito a redução da dívida, se ultrapassaria o limite de endividamento. -----

Concretamente, o caso da VCP, foi uma medida que a Câmara anterior levou a cabo de autêntica desorçamentação, constituindo uma parceria público-privada quase só com garantias e benefícios para o parceiro privado, quando em quase todas as PPP existe partilha de risco, o que aqui não aconteceu. Tem dúvidas que tenha sido feita a análise que recomendam as melhores práticas para as PPP, do *Value for money*, com o comparador do setor publico. É o custo que temos às costas e que temos de acarretar e que vai ser suportado pelas gerações futuras. Se não se tivesse tido a atuação que se teve, voltar-se-ia a uma situação de pagamentos a fornecedores com atrasos, com todos os prejuízos que isso causa para a economia local.-----

**A Assembleia Municipal** deliberou aprovar os Documentos de Prestação de Contas apresentados, relativos ao ano de dois mil e quinze, por maioria de catorze votos a favor e catorze abstenções da Bancada do PPD/PSD e da Bancada do PS.-----

2016.04.28

**8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE 2015 – deliberação da Câmara Municipal de 14.04.2016:** Presente a deliberação da Câmara Municipal de catorze de abril, pela qual aprovou a aplicação do resultado líquido do exercício de 2015 e remete à Assembleia para aprovação.-----

**O Sr. Vereador do Pelouro das Finanças, Dr. António Alberto Almeida de Matos Gomes,** proferiu a seguinte intervenção: “Resultante da Prestação de Contas, é a Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício pois com base na legislação em vigor, o valor do Resultado Líquido do Exercício é transferido para o exercício seguinte, para a conta Resultados Transitados (conta 59). Caso o saldo dessa conta seja positivo, o seu valor pode ser repartido para reforço do património e para constituição ou reforço de reservas. Assim, tendo presente o valor do resultado líquido e considerando que o valor do património já atingiu o limite mínimo de 20% do Ativo Líquido, propõe-se a seguinte distribuição de resultados:-----

Reserva Legal – 56.728,18€ (5% do Resultado Líquido do Exercício)-----

Resultados Transitados – 1.077.835,32€.”-----

**A Assembleia Municipal** deliberou, por maioria de vinte votos a favor e oito abstenções (dos seguintes elementos da Bancada do PPD/PSD: Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho, Dr. António Fernando de Pina Marques, Dra. Rosa Anita Ferreira Teixeira da Silva Conrado, Dr. Carlos Alberto de Sousa Matos, Dra. Célia Maria dos Santos Tavares, Dr. Reinaldo de Almeida Pinheiro, Eng.º Filipe Pascoal da Silva Fernandes e Manuel David Rodrigues), aplicar o resultado líquido do exercício de 2015, com a seguinte distribuição, nos termos propostos pela Câmara Municipal: -----

Reservas legais: 56.728,18€;-----

Resultados Transitados: 1.077.835,32€-----

2016.04.28

**9. REVISÃO ORÇAMENTAL – deliberação da Câmara Municipal de**

**14.04.2016:** Presente deliberação da Câmara Municipal de catorze de abril, pela qual aprovou a proposta de revisão ao Orçamento de dois mil e dezasseis e submeter à Assembleia Municipal, com base na informação técnica de 08.04.2016 que referia “após o apuramento do saldo de gerência anterior, o mesmo pode ser utilizado no Orçamento 2016, como reforço da receita orçada, no valor de € 2.580.438,13, através do mecanismo da revisão orçamental”.-----

**O Sr. Vereador do Pelouro das Finanças, Dr. António Alberto Almeida de Matos Gomes,** referiu tratar-se da incorporação do saldo no orçamento de 2016, resultante da aplicação da Lei.-----

A Assembleia Municipal deliberou aprovar a revisão ao Orçamento de dois mil e dezasseis, nos termos da proposta da Câmara Municipal de catorze de abril, por maioria de dezanove votos a favor e nove abstenções dos seguintes elementos da Bancada do PPD/PSD: Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho, Dr. António Fernando de Pina Marques, Dra. Rosa Anita Ferreira Teixeira da Silva Conrado, Dr. Carlos Alberto de Sousa Matos, Dra. Célia Maria dos Santos Tavares, Dr. Reinaldo de Almeida Pinheiro, Eng.º Filipe Pascoal da Silva Fernandes, Serafim Rodrigues e Manuel David Rodrigues.-----

**10. APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA SESSÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos seus vinte e oito membros, aprovar a minuta da ata da presente sessão.-----

**- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO DE HARMONIA COM O NÚMERO 1 DO ARTIGO 49.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE**

**SETEMBRO:** Interveio o primeiro inscrito, **Sr. Dr. Almerindo Tavares da Costa dos Santos,** começando a sua intervenção sobre a reforma administrativa, concretamente sobre a agregação de freguesias. O Sr. Presidente da Assembleia interrompeu o Sr. Dr. Almerindo Santos perguntando-lhe se este iria fazer algum

2016.04.28

pedido de esclarecimento ao Sr. Presidente da Câmara, tendo o Dr. Almerindo respondido que não, que iria apenas falar sobre o assunto. De novo no uso da palavra o Sr. Presidente da Assembleia referiu que o período de intervenção do público destina-se fundamentalmente a esse efeito, permitindo-lhe uma pequena intervenção. O Dr. Almerindo Santos retomou a palavra referindo-se, designadamente ao início do processo da reforma administrativa iniciado pelo então Ministro Dr. Miguel Relvas; às sessões da Assembleia Municipal de Vale de Cambra em que foram proferidas deliberações sobre o assunto; e à atuação do então Presidente da Assembleia Municipal Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho, hoje membro desta Assembleia Municipal e mentor de proposta de desagregação das Freguesias. Foi então interpelado pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, que lhe disse que poderia fazer a sua intervenção numa próxima sessão em que participe como representante da União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, no Período de Antes da Ordem do Dia.---

**Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.º Rui Manuel Martins de Almeida Leite, deu por concluídos os trabalhos e encerrou a sessão eram vinte e duas horas, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada por si e pelos secretários.-----

**O Presidente** \_\_\_\_\_

**O 1º Secretário** \_\_\_\_\_

**O 2º Secretário** \_\_\_\_\_

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----